

EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: EXIGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA CONTABILIDADE

Isadora Rizzon de Vargas, Marlei Salete Mecca, Eduardo Tomedi Leites, Vanessa dos Santos Cogo

RESUMO

Esta pesquisa examina a importância dos indicadores de sustentabilidade corporativa, com foco nas diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da *Global Reporting Initiative* (GRI) como referências centrais. Nesse sentido, buscou-se investigar se os prestadores de serviços contábeis estão alinhados com as exigências contemporâneas da contabilidade, especialmente no que diz respeito à integração de aspectos socioambientais nas informações financeiras e na capacidade de fornecer relatórios que reflitam o desempenho sustentável das organizações sob sua responsabilidade. Para tal, metodologicamente, utilizou-se uma pesquisa descritiva com coleta de dados através de survey com abordagem qualitativa. Os principais resultados indicam uma variação significativa na prática dos profissionais contábeis em relação às normas de sustentabilidade, com destaque para uma familiaridade intermediária com a NBC T 15. Além disso, foi constatada lacuna na preparação dos profissionais para atender às crescentes demandas por relatórios sustentáveis, refletindo o novo cenário empresarial que exige práticas mais responsáveis e alinhadas aos princípios ESG. Esse cenário não só redefine as expectativas dos stakeholders, como também impõe que as empresas demonstrem um compromisso concreto com a sustentabilidade. Portanto, a pesquisa evidencia a necessidade ação recíproca entre profissionais contábeis e organizações para que possam atuar de forma eficaz na geração de relatórios que reflitam o desempenho sustentável de suas empresas clientes, contribuindo para uma gestão mais ética e alinhada com os princípios da sustentabilidade.

Palavras-chave: Contabilidade, ESG, GRI, Relatórios, Sustentabilidade corporativa.

1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental tem transformado o cenário empresarial, exigindo maior transparência nas informações sobre impactos sociais, ambientais e de governança. Nesse contexto, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) destaca a importância das empresas em assumir a responsabilidade por suas ações e contribuir positivamente para a sociedade e o meio ambiente. O conceito ESG (Environmental, Social, Governance) resume essas preocupações, abrangendo aspectos como meio ambiente, sociedade e governança.

Frente a tal cenário, os Relatórios Sustentáveis Corporativos fornecem uma visão detalhada da gestão econômica, impacto ambiental e práticas sociais das empresas. Eles incluem dados sobre emissões, gestão de resíduos, e práticas trabalhistas, ajudando a avaliar o desempenho e promover uma gestão mais transparente e ética. Identificar o papel dos prestadores de serviços contábeis na emissão desses relatórios é crucial para atender às demandas por informações sustentáveis e garantir que a sustentabilidade seja integrada em

todos os segmentos empresariais.

Diante o exposto, o objetivo da pesquisa busca investigar se os prestadores de serviços contábeis estão alinhados com as exigências contemporâneas da contabilidade, especialmente no que diz respeito à integração de aspectos socioambientais nas informações financeiras e na capacidade de fornecer relatórios que reflitam o desempenho sustentável das organizações sob sua responsabilidade. Para tal, metodologicamente utilizou-se de pesquisa descritiva com coleta de dados através de survey com abordagem qualitativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SUSTENTABILIDADE

A preocupação com questões ambientais começou com a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente em Estocolmo, 1972, que introduziu o conceito de "Desenvolvimento Sustentável" para equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental (Dias, 2017). A Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, avançou o debate com a Agenda 21 e o "Relatório Brundtland", que reforçou a necessidade de atender às necessidades atuais sem comprometer o futuro (Dias, 2017). No início dos anos 2000, o Pacto Global incentivou práticas empresariais responsáveis e a integração de valores socioambientais (Pacto Global Rede Brasil, 2022; Coutinho, 2021). Em 2015, a ONU lançou a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelecem diretrizes para promover a sustentabilidade em cinco áreas: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria (Coutinho, 2021).

Figura 1 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Pacto Global)

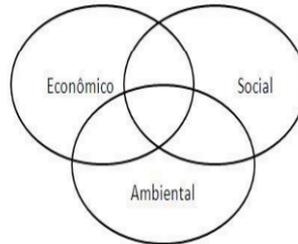


Fonte: Pacto Global Rede Brasil (2022).

A sustentabilidade corporativa refere-se ao compromisso das empresas com o desenvolvimento sustentável, conforme orientações do WBCSD (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável). Isso implica que as organizações devem equilibrar as dimensões econômica, ambiental e social para garantir sua sustentabilidade.

Dentro do cenário empresarial, Elkington (1998) introduziu o conceito do "Triple Bottom Line" (Tripé da Sustentabilidade) como um modelo para as organizações interpretarem a sustentabilidade por meio da integração das três dimensões anteriormente citadas. Através da Figura 2 é possível visualizar a relação dessas três dimensões:

Figura 2 - Triple Bottom Line



Fonte: Elkington (1998)

O *Triple Bottom-Line (TBL)* sugere a expansão do modelo de negócios tradicional para um novo modelo que passe a considerar a integração das interfaces empresariais atuantes no meio. Deste modo, percebe-se que a importância da sustentabilidade tem impactado as estratégias empresariais, levando a uma demanda crescente por demonstrações de comprometimento sustentável, tanto por parte da sociedade quanto de clientes corporativos e governos (SGASRBI et al., 2008).

Para alcançar a sustentabilidade empresarial, métodos como Responsabilidade Social Corporativa, Governança Corporativa, Ecoeficiência e Relatórios de Sustentabilidade Corporativa desempenham papéis cruciais. A RSC é o compromisso das empresas com o desenvolvimento econômico sustentável (Holme e Watts, 2000), enquanto a Governança Corporativa garante transparência e eficácia nos interesses dos acionistas (Vidigal, 2000). A ecoeficiência busca reduzir o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida dos produtos (DeSimone e Popoff, 1997). Os Relatórios de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative), comunicam o desempenho e os impactos das empresas em relação à sustentabilidade. Essas abordagens orientam as empresas para um modelo de negócio mais responsável e sustentável.

2.3 ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE):

O conceito ESG, introduzido no relatório da ONU "*Global Compact (2004) Who Care Wins*", visa integrar questões ambientais, sociais e de governança na avaliação do desempenho sustentável das empresas (Eccles, Lee e Stroehle, 2020). Ambientalmente, inclui emissões, uso de água e gestão de resíduos. No aspecto social, abrange diversidade, saúde e segurança, e impacto comunitário. Em governança, considera a gestão, práticas anticorrupção e conformidade regulatória. O objetivo da prática ESG é melhorar a precisão das métricas nessas áreas, promovendo uma gestão transparente e ética que considere tanto o desempenho financeiro quanto a contribuição para o meio ambiente e a sociedade (Tripathi & Bhandari, 2014; Watson, 2015; Walter, 2020).

No Brasil, a ABNT PR 2030, lançada em dezembro de 2022, representa um marco regulatório crucial ao estabelecer diretrizes claras para a integração dos princípios ESG (ambientais, sociais e de governança) nas práticas empresariais. Essa prática recomendada não apenas unifica os critérios ESG em um único documento, mas também oferece um modelo estruturado para avaliação, permitindo que as organizações brasileiras identifiquem seu estágio de maturidade em relação a cada um desses critérios (ABNT, 2022). Além de ser uma iniciativa nacional, a norma da ABNT está alinhada com os padrões internacionais da ISO (Organização Internacional de Normalização), garantindo consistência e adesão às melhores

práticas globais, aplicável a organizações de todos os tipos e tamanhos, sejam públicas, privadas, governamentais ou sem fins lucrativos, essa abordagem visa não apenas fortalecer a governança corporativa, mas também promover uma gestão mais transparente e responsável. Ao preencher essa lacuna regulatória, a ABNT PR 2030 não apenas define um padrão nacional robusto para a implementação dos princípios ESG, mas também posiciona o Brasil como um participante ativo no cenário global de sustentabilidade e governança corporativa.

2.4 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVO

O Relatório de Sustentabilidade é uma ferramenta utilizada no contexto empresarial contemporâneo, fornecendo uma visão abrangente das práticas socioambientais adotadas pelas empresas. Campos (2013) destaca que esse relatório desempenha um papel crucial ao divulgar informações detalhadas sobre a política interna das organizações, especialmente no que diz respeito à gestão das questões de sustentabilidade. Essa transparência visa não apenas atender às expectativas dos *stakeholders*, mas também facilitar a gestão estratégica das empresas em relação a aspectos socioambientais.

Nesse contexto, é relevante destacar o papel desempenhado pela *Global Reporting Initiative* (GRI) no cenário dos relatórios de sustentabilidade corporativo. A GRI tem sido uma força motriz na padronização e aprimoramento desses relatórios, conforme destacado por Campos (2013).

2.5 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização fundada em 1997 com o propósito de estabelecer diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. A GRI busca garantir a qualidade, comparabilidade e autenticidade desses relatórios, alinhando-os aos padrões de excelência dos relatórios financeiros (Campos, 2013). Além de focar na padronização e qualidade dos relatórios, a atuação proativa da GRI visa ampliar a compreensão e relevância dos relatórios de sustentabilidade (Campos, 2013). A organização busca desenvolver uma instituição global e perene para conduzir as diretrizes formuladas, demonstrando um compromisso contínuo com a transparência e a responsabilidade socioambiental no contexto empresarial.

O modelo de Relatório de Sustentabilidade proposto pela GRI é considerado o padrão internacional mais completo e abrangente (GRI, 2014). Ele incorpora diretrizes para definir os limites de conteúdo do relatório e garantir sua qualidade, tornando os relatórios mais transparentes e eficazes para a melhoria da gestão empresarial. Os indicadores propostos pela GRI estão divididos em sete categorias, abrangendo desde aspectos econômicos e ambientais até questões relacionadas a direitos humanos, práticas trabalhistas e impacto na sociedade (GRI, 2014).

A GRI estabelece parcerias estratégicas com organizações renomadas, como a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD), *United Nations Environment Programme* (UNEP), *United Nations Global Compact* (UN Global Compact) e *International Organization for Standardization* (ISO), fortalecendo sua posição como referência global na promoção da sustentabilidade empresarial.

Ao que tange a sua estrutura normativa, a GRI é embasada em três séries distintas. As Normas Universais (GRI 1, 2 e 3) estabelecem princípios e requisitos básicos para relatórios de sustentabilidade. Elas orientam as organizações na definição de temas materiais e na divulgação de informações sobre suas práticas e impactos. As Normas Setoriais ajudam as

organizações a identificarem temas materiais relevantes em seus setores, enquanto as Normas Temáticas fornecem diretrizes para relatar impactos específicos alinhados aos temas materiais identificados (GRI, 2021).

2.7 NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE T15

A NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2004, é uma resposta à ausência de regulamentação obrigatória para a divulgação de informações sociais e ambientais pelas empresas, o que resultava em uma publicação voluntária com baixa comparabilidade e confiabilidade (Sousa, Bueno e Alves, 2013). A norma foi criada com o propósito de aprimorar as divulgações, destacando o engajamento e a responsabilidade social das organizações (Mello, Hollnagel e Cei, 2016).

No âmbito da NBC T 15, são estabelecidos critérios para a evidenciação de informações socioambientais, abrangendo aspectos como a geração de riqueza, recursos humanos e interação com o ambiente externo e o meio ambiente (Bandeira, Oliveira e Nunes, 2019). A estrutura da norma, conforme descrito por Moura, Mamedes e Brun (2021), contempla os seguintes elementos, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Elementos contemplados pela NBC T 15

Informação	Descrição
Geração e Distribuição de Riqueza	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade).
Recursos Humanos	Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade. Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos. As informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.
Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.
Interação com o Meio Ambiente	São evidenciados investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; com educação ambiental para a comunidade; com outros projetos ambientais; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; passivos e contingências ambientais.

Fonte: Moura, Mamedes e Brun (2021, p. 295).

A norma específica que essas informações devem ser apresentadas separadamente da contabilidade, conforme os procedimentos definidos, como informação complementar. Isso significa que elas não devem ser confundidas com as notas explicativas e devem ter um demonstrativo específico, chamado Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (Bandeira, Oliveira e Nunes, 2019). Dessa forma, a NBC T 15 tem o objetivo de promover a transparência e a qualidade das informações socioambientais divulgadas pelas

empresas, contribuindo para uma melhor compreensão e avaliação do seu desempenho nesses aspectos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utiliza um questionário para avaliar a capacidade dos prestadores de serviços contábeis em gerar Relatórios de Sustentabilidade Corporativa. Segundo Gil (2008), essa abordagem de levantamento de informações envolve interrogar diretamente os participantes sobre o problema em estudo, possibilitando uma análise quantitativa dos dados coletados. Araújo e Oliveira (1997) ressaltam que essa técnica oferece economia e rapidez na obtenção de dados, além de permitir análises estatísticas.

Classificada como descritiva, a pesquisa busca descrever o nível de preparação dos prestadores para emitir tais relatórios, conforme Silva & Menezes (2000) e Gil (2008). A abordagem é qualitativa, enfocando a interpretação dos fenômenos e significados, sem recorrer a métodos estatísticos, como descrito por Pereira (2019) e Bogdan & Biklen (2003). O estudo visa entender como os prestadores estão preparados para gerar relatórios sustentáveis através da análise de documentos das empresas observadas.

3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, foi realizada revisão da literatura sobre Relatórios de Sustentabilidade Corporativa, detendo-se em conceitos fundamentais de Sustentabilidade Corporativa, em modelos de relatórios existentes e em normativas técnicas relevantes ao segmento. A pesquisa bibliográfica foi baseada em fontes como livros, normas internacionais e nacionais, pronunciamentos técnicos e teses acadêmicas.

Em seguida, foi desenvolvido o questionário que foi validado para posteriormente ser enviado para coleta de dados junto aos prestadores de serviços contábeis. A coleta foi realizada por conveniência e por acessibilidade. Posteriormente, foi realizada a análise das respostas obtidas, com o intuito de verificar a preparação das empresas para envio dos relatórios. Além disso, visa-se analisar a relevância atribuída às questões de sustentabilidade corporativa pelos prestadores de serviços contábeis, a fim de identificar o grau de conscientização e engajamento da sociedade em relação a esses temas.

Por fim, os resultados da análise foram interpretados utilizando do referencial e buscando verificar se os prestadores de serviços contábeis estão preparados para gerar Relatórios de Sustentabilidade Corporativa de suas empresas clientes, de acordo com o novo modelo de Contabilidade de Impacto Social. Cabe ressaltar que esta abordagem ampla e abrangente permitirá um maior entendimento sobre o cenário da sustentabilidade corporativa, fornecendo informações relevantes para o aprimoramento das práticas empresariais nesse contexto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados desta pesquisa foram coletados por meio de um questionário aplicado online, com o objetivo de verificar se os prestadores de serviços contábeis estão preparados para gerar Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (RSC) de suas empresas clientes, de acordo com o novo modelo de Contabilidade de Impacto Social. O questionário foi distribuído em

diversas plataformas de mídia social, incluindo Instagram, WhatsApp e LinkedIn, e enviado por e-mail aos escritórios aliados ao SESCON da Serra Gaúcha, além de ter sido divulgado no site do CRC RS. Obteve-se retorno de 32 prestadores de serviços contábeis.

A estrutura da pesquisa foi dividida em seis partes principais: caracterização da amostra, quatro segmentos baseados nas diretrizes do GRI, sendo Geração e Distribuição de Riqueza, Recursos Humanos, Interação da Entidade com o Ambiente Externo, Interação com o Meio Ambiente, e, finalmente, a relevância atribuída pelos profissionais às informações de sustentabilidade corporativa.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Os dados, relativos ao perfil dos participantes da pesquisa revelam que a maior parte dos respondentes ocupa o cargo de contador, representando 38,7% da amostra, enquanto 29% atuam como sócios administradores. Uma parcela significativa dos respondentes, 16,1%, exerce funções acumuladas de sócio administrador e contador. Outros cargos menos representados incluem assistente contábil (6,5%), auxiliar (3,2%), analista contábil (3,2%) e desenvolvimento de sistemas (3,2%).

No que tange ao número de colaboradores, 37,5% dos escritórios têm mais de 20 colaboradores, sendo essa a faixa mais comum entre os respondentes. Escritórios com 6 a 10 colaboradores compõem 21,9% da amostra, enquanto aqueles com 1 a 5 e 16 a 20 colaboradores representam cada um 15,6% do total. Apenas 9,4% dos prestadores de serviços contam com 11 a 15 colaboradores.

Em relação à diversidade de setores econômicos atendidos, todos os prestadores de serviços contábeis indicaram atuar em setores mistos, abrangendo indústria, comércio e serviços, sem a predominância de um único setor.

Quando perguntados sobre o contato com o conceito de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa, 40,6% dos participantes indicaram ter tido contato por meio de estudos acadêmicos. Outros 25% mencionaram eventos ou treinamentos como fonte de conhecimento, e 25% afirmaram nunca ter tido contato com relatórios de sustentabilidade. Apenas 9,4% tiveram esse contato através da publicação de relatórios empresariais.

No que se refere ao conhecimento técnico sobre as exigências da NBC T 15, norma brasileira de contabilidade sobre Informações de Natureza Social e Ambiental, 46,9% dos respondentes possuem conhecimento intermediário, 25% têm conhecimento básico, 21,9% não possuem nenhum conhecimento, e apenas 6,3% possuem um conhecimento avançado.

Por fim, quanto à solicitação de dados socioambientais por parte dos clientes, 75% dos respondentes afirmaram que não receberam tais solicitações. No entanto, 15,6% mencionaram pedidos relacionados ao DVA e 9,4% relataram solicitações de relatórios GRI.

A análise dos dados revela um panorama diversificado em termos de cargos e número de colaboradores nos escritórios respondentes. Observa-se uma predominância de contadores e sócios administradores, bem como uma presença significativa de escritórios com mais de 20 colaboradores. A atuação em setores mistos destaca a abrangência do atendimento oferecido por esses escritórios, enquanto o contato variado com a sustentabilidade corporativa e o nível de conhecimento sobre a NBC T 15 mostram uma diversidade de familiaridade e expertise entre os profissionais. A falta de solicitações por dados socioambientais por parte da maioria dos clientes pode indicar uma área de pouca demanda ou interesse, refletindo possivelmente uma necessidade de maior conscientização e engajamento nesse aspecto.

4.2. GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

O Quadro 3 oferece uma visão abrangente do alinhamento entre os conteúdos do *Global Reporting Initiative* (GRI), conforme indicado pela numeração da norma, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados a cada tema, de acordo com os critérios estabelecidos para a divulgação de informações socioambientais na NBC T 15. Além disso, o Quadro 3 apresenta as informações coletadas a partir da aplicação de questionário aos prestadores de serviços contábeis, destacando a análise e os benefícios associados às questões abordadas no instrumento.

Quadro 3 – Geração e Distribuição de Riqueza

Nº do GRI	Item da ODS	Análise e Benefícios	Informações obtidas a partir do Questionário
203		<p>Quanto ao nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços e se esses investimentos e serviços são comerciais, em espécie ou gratuitos, a análise demonstra como as ações de uma empresa podem ter um efeito multiplicador, beneficiando tanto a organização quanto as comunidades ao seu redor, realizando a criação de valor compartilhado. Esses investimentos não apenas facilitam as operações empresariais, mas também geram valor compartilhado com as comunidades locais, contribuindo para a melhoria do clima organizacional e o fortalecimento das relações com os <i>stakeholders</i>.</p>	<p>A maioria dos prestadores de serviços contábeis (68,7%) recebem eventualmente informações, de suas empresas clientes, sobre a realização de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços à comunidade em seu entorno. Uma porcentagem menor, 9,4%, recebem essas informações de forma regular, enquanto 21,9% não recebem nenhuma informação.</p>
204		<p>Referente a proporção de gastos com fornecedores locais, ao monitorar os gastos e realizar uma gestão de fornecedores que vai além do aspecto financeiro, a empresa não só solidifica sua presença corporativa e contribui para a diversificação econômica nas regiões onde atua, mas também valoriza e protege os recursos e conhecimentos locais, promovendo um modelo de negócio mais ético e sustentável.</p>	<p>Apenas 15,6% dos prestadores de serviços contábeis recebem regularmente informações das empresas sobre a proporção de gastos com fornecedores locais. Um percentual significativo (59,4%) mencionou que recebe eventualmente e, 25% manifestaram que não recebem essas informações.</p>
206		<p>Em relação ao número de ações judiciais pendentes ou encerradas sobre concorrência desleal e violações de leis antitruste e antimonopólio, verificou-se que, a transparência em tais dados oferece uma visão clara do ambiente externo em que opera, identificando tanto oportunidades quanto desafios. Esse acompanhamento permite uma análise estratégica do mercado, onde, se o número de ações for elevado, a empresa pode definir metas para reduzir esses casos, ajustando suas práticas competitivas e fortalecendo sua conformidade regulatória. Dessa forma, a empresa não apenas mitiga riscos, mas também melhora sua reputação e competitividade no mercado.</p>	<p>Nesta categoria, 15,6% dos prestadores de serviços contábeis recebem informações regularmente, e 71,9% as recebem de forma eventual, enquanto 12,5% não recebem nenhuma informação. Isso mostra uma boa disseminação de informações sobre questões legais relacionadas à concorrência desleal, com a maioria dos prestadores de serviços contábeis tendo algum nível de acesso a esses dados.</p>
207		<p>No que encene a informações sobre como a abordagem tributária está vinculada às estratégias de negócios e de desenvolvimento sustentável, apurou-se que, ao alinhar práticas tributárias com estratégias de negócios, as empresas podem demonstrar um planejamento tributário que suporta não apenas seus objetivos de crescimento, mas</p>	<p>As informações sobre a abordagem tributária vinculada às estratégias de negócios são recebidas regularmente por 15,6% dos prestadores de serviços contábeis e eventualmente por 65,6%, com 18,8% não recebendo essas informações. Esses</p>

		também o bem-estar econômico e social das comunidades onde operam. Isso ajuda a garantir que a empresa contribua de forma justa para o financiamento de serviços públicos e infraestrutura, reduzindo o risco de impactos negativos, como a evasão fiscal e a redução das receitas governamentais. Além disso, uma abordagem fiscal transparente e responsável fortalece a confiança dos <i>stakeholders</i> e a reputação da empresa, promovendo um ambiente mais equitativo e sustentável.	números indicam que, embora uma boa parte dos prestadores de serviços contábeis estejam cientes da importância de integrar a tributação às estratégias de sustentabilidade, ainda há uma necessidade de melhorar a regularidade com que essas informações são transmitidas para garantir uma abordagem mais estratégica e informada.
301		Com respeito ao peso ou volume total de materiais usados e percentual de produtos e embalagens reaproveitados, nota-se que a gestão eficiente oferece às empresas a chance de reduzir custos e agregar valor aos produtos, criando um diferencial competitivo. Ao adotar práticas sustentáveis, as empresas não só minimizam desperdícios e otimizam recursos, mas também atendem à demanda crescente por produtos ecologicamente responsáveis. Isso pode atrair clientes conscientes do meio ambiente e possibilitar parcerias estratégicas com fornecedores e clientes que compartilham desses valores. Além disso, a busca por soluções inovadoras e a melhoria contínua na gestão de embalagens podem fortalecer a imagem corporativa e ampliar oportunidades de negócios, consolidando a posição da empresa como líder em práticas ambientais responsáveis.	Peso ou volume total de materiais usados para produzir e embalar produtos: Uma porcentagem significativa, 75%, dos prestadores de serviços contábeis recebem regularmente informações sobre o peso ou volume de materiais usados na produção e embalagem de produtos. Outros 21,9% obtêm essas informações eventualmente, e nenhum dos prestadores de serviços contábeis relatou a ausência total dessas informações. Esses dados são positivos, mostrando que a maioria dos prestadores de serviços contábeis estão bem-informados sobre esse aspecto.
302		No que tange ao consumo total de combustíveis e fontes energéticas, analisou-se que, investir em eficiência energética não apenas reduz custos, mas também fortalece a imagem da empresa como um agente responsável e inovador. Aliado a isso, estimular fornecedores a oferecerem fontes alternativas de energia pode abrir novos segmentos de mercado, expandir a oferta, reduzindo os preços.	Atrelado ao conteúdo do GRI 301, uma grande parcela de 75% dos prestadores de serviços contábeis recebe regularmente informações sobre o consumo de combustíveis. Enquanto, 25% recebem essas informações eventualmente, com nenhum dos prestadores sem acesso a esses dados.
303		Na interação com a água e impacto sobre os recursos hídricos, observa-se que gerenciar eficazmente os recursos hídricos é essencial para a sustentabilidade e a reputação da empresa. A quantidade de água utilizada e o tratamento do seu descarte impactam o ecossistema e as comunidades locais. Medidas como reciclagem e reutilização de água, além da revisão dos processos de captação e descarte, ajudam a mitigar esses impactos e a demonstrar compromisso ambiental. Investir em melhorias no tratamento de água pode também oferecer oportunidades para inovação e aprimoramento dos processos internos.	Quanto a interação das organizações com a água, tal quesito é monitorado regularmente por 15,6% dos prestadores de serviços contábeis, enquanto uma significativa parcela de 81,3% recebem essas informações eventualmente, e, 3,1% não as recebem.
306		Analisar a gestão de resíduos sólidos e adotar medidas de circularidade oferece à empresa a oportunidade de reduzir impactos ambientais e criar valor significativo. Ao promover reciclagem e reutilização, a empresa diminui a dependência de matérias-primas virgens, economiza custos operacionais e fortalece sua imagem corporativa. A abordagem circular também abre novas	Entradas, atividades e saídas de resíduos sólidos e medidas para evitar a produção de resíduos: Neste quesito, 54,8% dos prestadores de serviços contábeis recebem informações regularmente, 38,7% eventualmente, e 6,5% não recebem essas informações.

		oportunidades de mercado, respondendo à demanda crescente por produtos sustentáveis e inovadores.	
308		No que restringe a análise do percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais, tal ação proporciona à empresa uma maior segurança quanto à origem e ao perfil dos produtos adquiridos e dos fornecedores. Isso ajuda a minimizar riscos relacionados a devoluções de compras, atrasos na produção e variações na qualidade dos produtos, garantindo a entrada de itens mais confiáveis e reduzindo a necessidade de correções e substituições. Com fornecedores alinhados com práticas ambientais responsáveis, a empresa pode melhorar seu ciclo operacional, mantendo um estoque de maior qualidade por menor tempo e fortalecendo o relacionamento tanto com clientes quanto com fornecedores.	Com base nas respostas obtidas, constata-se que apenas 12,5% dos prestadores de serviços contábeis recebem informações regularmente sobre a avaliação ambiental de fornecedores. Enquanto, 71,9% recebem essas informações eventualmente e 15,6% não as recebem. Esse cenário aponta para uma lacuna significativa na integração de critérios ambientais na seleção de fornecedores, sugerindo a necessidade de uma maior ênfase na sustentabilidade ao longo da cadeia de suprimentos.

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise dos dados referentes ao Quadro de Geração e Distribuição de Riqueza revela um panorama complexo e heterogêneo. Embora a maioria dos prestadores de serviços contábeis tenha acesso a informações relevantes de suas empresas clientes para avaliar a geração e distribuição de riqueza sob a ótica da sustentabilidade, observa-se uma variação significativa na regularidade e na abrangência dessas informações. O percentual de prestadores que recebem informações dos clientes sobre esses temas varia entre 25% e 9,4%, enquanto a porcentagem daqueles que não recebem informações pode chegar a 21,9%.

Essas variações indicam que, apesar de existir um fluxo de informações sobre geração e distribuição de riqueza, sua consistência e completude ainda são desiguais. O fato de alguns prestadores sempre receberem informações, em contraste com a ausência de dados em outros casos, sugere que há uma necessidade de melhorar a uniformidade na coleta e na divulgação dessas informações.

4.3. RECURSOS HUMANOS

O Quadro 4 oferece uma visão detalhada do alinhamento entre os conteúdos de Recursos Humanos da NBC T 15 e as diretrizes da GRI, de acordo com a numeração da norma. Ele também relaciona esses conteúdos aos ODS correspondentes e apresenta informações coletadas a partir do questionário aplicado aos prestadores de serviços contábeis, destacando a análise das respostas e os benefícios associados às questões abordadas.

Quadro 4 – Recursos Humanos

Nº do GRI	Item da ODS	Análise e Benefícios	Informações obtidas a partir do Questionário
401-1	 	Analisar as taxas de contratações e rotatividade é crucial para entender o clima organizacional e a eficácia na integração de novos talentos. Alta rotatividade pode indicar problemas no ambiente de trabalho e aumentar custos, como o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Investigar as causas das saídas e ajustar as estratégias pode ajudar a resolver esses problemas. Por outro lado, uma baixa taxa de crescimento pode sinalizar desafios econômicos ou internos. Avaliar tais	A maioria dos prestadores de serviços contábeis, 84,4%, relatou receber regularmente informações sobre a taxa de novas contratações e rotatividade de empregados de seus clientes, de acordo com o GRI 401-1. Uma porcentagem menor, 12,5%, recebe essas informações apenas ocasionalmente, enquanto 3,1% dos profissionais contábeis não têm

		dados permite ajustar estratégias de contratação e planejamento de carreira para fortalecer o diferencial competitivo e o sucesso organizacional.	acesso a essas informações de seus clientes.
401-2	 	Oferecer benefícios abrangentes pode melhorar a qualidade de vida dos funcionários, aumentar a satisfação no trabalho e promover um ambiente organizacional mais positivo e saudável. Ademais, somam-se as seguintes vantagens: empresas vinculadas ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), criado pela Lei nº 6.321/76, podem deduzir parte do valor do custeio das refeições no Imposto de Renda, enquanto o vale-transporte, conforme a Lei nº 7.418/85, permite a participação do empregado no custeio do benefício, reduzindo os encargos para a empresa.	Metade dos prestadores de serviços contábeis (50%) não recebem informações sobre os benefícios oferecidos a empregados em tempo integral, como seguro de vida, plano de saúde, licença maternidade/paternidade e previdência privada. Uma porcentagem menor, 15,6%, recebem essas informações de forma regular, enquanto 34,4% as obtêm ocasionalmente.
402		Garantir que os empregados sejam notificados com antecedência sobre mudanças operacionais significativas pode aumentar a transparência e fortalecer a confiança dentro da organização. Essa prática melhora o engajamento e o clima organizacional ao permitir que os funcionários se preparem para as mudanças e entendam como elas impactarão seu trabalho. Além disso, comunicar claramente o propósito das mudanças ajuda a criar uma visão do projeto, alinhando-o com a missão e os valores da empresa. Esse processo promove o aprendizado contínuo, ao incentivar a busca constante por conhecimento e aprimoramento das habilidades profissionais.	Nessa categoria, maioria dos prestadores de serviços contábeis (65,6%) afirmam não receber informações sobre notificações de aviso antes de mudanças operacionais significativas de suas empresas clientes. Uma porcentagem menor, 21,9%, recebem essas informações ocasionalmente, enquanto apenas 12,5% as recebem regularmente. Esses dados indicam que esse aspecto ainda não está plenamente integrado na comunicação entre as empresas e seus parceiros contábeis.
403	 	Relativo as medidas de segurança e saúde no trabalho, constata-se que, melhorar a saúde e segurança no trabalho reduz acidentes e doenças, diminuindo processos trabalhistas, notificações do Ministério do Trabalho e absenteísmo. Isso também reduz o estresse dos colaboradores e os custos com assistência médica, sinistralidade e despesas judiciais, impactando positivamente o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e o Risco Ambiental do Trabalho (RAT). Como resultado, a empresa pode ter uma alíquota menor para a contribuição ao INSS, melhorar o clima organizacional e aumentar a produtividade, destacando-se como um empregador responsável e eficiente.	Quanto a medidas de segurança e saúde no trabalho, 40,6% dos prestadores de serviços contábeis recebem regularmente informações sobre as medidas de SST adotadas pelas empresas, enquanto 43,8% as recebem ocasionalmente. Uma porcentagem menor, de 15,6% afirmaram que não recebem tais dados.
403-5	 	Quanto ao tema de capacitação em saúde e segurança do trabalho, investir em treinamentos aos funcionários na área contribui para a prevenção de acidentes e doenças, além de promover um ambiente de trabalho mais consciente e protegido.	Uma grande parte dos prestadores de serviços contábeis, de 71,9%, recebem ocasionalmente informações sobre as iniciativas de treinamento oferecidas pelas empresas. Uma pequena parcela, de 15,6% não recebem tais dados. Apenas 12,5% obtêm essas informações regularmente.

403-9	 	<p>A transparência sobre acidentes e doenças permite identificar áreas de risco e aprimorar práticas de segurança. Analisando esses dados, a empresa pode investir de forma mais eficaz em equipamentos de proteção e treinamento, melhorando as condições de trabalho e reduzindo acidentes. Isso também facilita o gerenciamento de benefícios e processos relacionados a seguros e compensações, além de fortalecer a cultura de segurança e aumentar a confiança dos funcionários.</p>	<p>Uma significativa parcela de 65,6% dos prestadores de serviços contábeis relatam que não recebem informações sobre acidentes ou lesões ocupacionais de seus clientes. Apenas 12,5% dos prestadores recebem essas informações regularmente, e 21,9% recebem eventualmente tais informações.</p>
404		<p>A média anual de horas de capacitação e os programas de desenvolvimento são cruciais, pois refletem o investimento no capital humano e afetam a capacidade de alcançar objetivos estratégicos. Esses indicadores são fundamentais no <i>Balanced Scorecard</i> (BSC) para o desenvolvimento de competências intangíveis como conhecimento e habilidades. Investir em treinamento melhora a qualificação, motivação e retenção de talentos, além de alinhar objetivos individuais com os da organização. Portanto, uma alta média de horas de capacitação e programas robustos são essenciais para sustentar a estratégia e garantir competitividade no mercado.</p>	<p>Quanto a média de horas de capacitação por ano por empregado e sobre a adesão a programas para o desenvolvimento de competências, a substancial porcentagem de 84,4% dos prestadores de serviços contábeis afirmam receber regularmente tais informações. Apenas 9,7% recebem essas informações ocasionalmente, enquanto 6,8% não as recebem.</p>
405		<p>Quanto aos casos de discriminação e medidas corretivas, abordar a discriminação de forma proativa e transparente promove um ambiente de trabalho mais inclusivo e justo, essencial para um clima organizacional saudável. A falta de informações pode dificultar a criação desse ambiente e o cumprimento das exigências legais, como a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (Lei nº 8.213/1991) e a Lei nº 10.097/2000, que obriga a contratação de aprendizes. O cumprimento dessas leis é crucial para evitar penalidades e fomentar um ambiente mais inclusivo e diversificado.</p>	<p>No que diz respeito a diversidade e a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho, 62,5% dos prestadores de serviços contábeis indicam que não recebem informações sobre a composição dos empregados por faixa etária, gênero, raça ou outras características de diversidade de suas empresas clientes. Apenas 25% dos prestadores recebem essas informações ocasionalmente, e 12,5% as recebem regularmente.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise do Quadro sobre Recursos Humanos mostra variações significativas na recepção de informações pelas empresas clientes, com percentuais de recebimento variando de 12,5% a 84,4% e de não recebimento de 3,1% a 65,6%. Essas discrepâncias são devidas à diferença na obrigatoriedade e fiscalização das informações.

Informações obrigatórias, como as relacionadas ao GRI 401-1 e eventos do eSocial (S-2210, S-2220, S-2230), têm maior regularidade devido à fiscalização rigorosa e penalidades. Por outro lado, dados sobre diversidade e inclusão, embora importantes e alinhados aos ODS, recebem menos fiscalização. A Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência e a Lei nº 10.097/2000, que exigem cotas de contratação para pessoas com

deficiência e aprendizes, têm fiscalização menos intensiva, resultando em maior variação e menor regularidade no recebimento desses dados.

Portanto, a frequência na recepção de informações obrigatórias está ligada à sua obrigatoriedade e penalidades, ao passo que itens relacionados ao desenvolvimento sustentável enfrentam menor fiscalização e obrigatoriedade.

4.4 INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO

O Quadro 5 examina a interação da entidade com o ambiente externo, conforme a NBC T 15, e avalia sua conformidade com as diretrizes da GRI e os ODS. Apresenta dados do questionário aplicado aos prestadores de serviços contábeis, detalhando como as práticas de interação externa da entidade estão alinhadas com padrões globais e contribuem para a sustentabilidade e o desenvolvimento socioambiental.

Quadro 5 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

Nº do GRI	Item da ODS	Análise e Benefícios	Informações obtidas a partir do Questionário
413, 416, 417	 	<p>Referente às informações quanto a promoção de eventos de cunho social voltado à comunidade, participação em programas de desenvolvimento comunitários, constata-se que manter um indicador para eventos sociais e programas comunitários é essencial para reforçar o compromisso social da empresa e evidenciar seu papel na comunidade. Investir localmente beneficia a empresa ao melhorar a qualidade de clientes, funcionários e fornecedores, criando uma relação mais próxima com a organização. O desenvolvimento comunitário contribui para um ambiente favorável ao crescimento da empresa e demonstra perspicácia ao alinhar estratégias de mercado com o compromisso social, promovendo o sucesso sustentável das iniciativas empresariais.</p>	<p>De acordo com os dados coletados, apenas 12,5% dos prestadores de serviços contábeis recebem regularmente informações de seus clientes sobre a promoção de eventos sociais e iniciativas voltadas à comunidade. Em contraste, a maioria, 71,9%, relata obter essas informações ocasionalmente. Isso indica uma certa conscientização dos clientes sobre a responsabilidade social corporativa, embora 15,6% dos prestadores de serviços contábeis ainda não recebam esse tipo de informação.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise do Quadro sobre a Interação da Entidade com o Ambiente Externo revela que apenas 12,5% dos prestadores de serviços contábeis recebem regularmente informações relacionadas a esse tema, enquanto 15,6% ainda não obtêm tais dados de suas empresas clientes. Essa discrepância sugere uma falta de consistência na comunicação de informações sobre o impacto ambiental das operações empresariais.

De acordo com Walter (2020), para gerenciar de maneira eficaz a interação com o ambiente externo, é importante aprimorar a precisão das informações sobre o desempenho ambiental e social das empresas. Isso significa identificar e controlar desvios de forma sustentável. Esse processo não apenas avalia o desempenho financeiro, mas também considera como as atividades empresariais afetam o meio ambiente e a sociedade, promovendo uma gestão mais transparente e ética.

4.5 INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

O Quadro 6 analisa a interação da entidade com o meio ambiente, conforme a NBC T 15, e sua conformidade com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Inclui dados do questionário aplicado, destacando como as práticas ambientais da entidade se alinham com padrões globais e contribuem para a proteção ambiental e a sustentabilidade.

Quadro 6 – Interação com o Meio Ambiente

Nº do GRI	Item da ODS	Análise e Benefícios	Informações obtidas a partir do Questionário
303-1, 413, 417-1,		Acerca de informações quanto a interação com o meio ambiente, como o monitoramento contínuo de impactos ambientais, evidencia-se que acompanhar tais dados permite que a empresa identifique, avalie e mitigue os impactos ambientais de suas operações de forma proativa, promovendo práticas mais verdes e eficientes. Além disso, o monitoramento contínuo ajuda a assegurar que a empresa esteja em conformidade com as regulamentações ambientais e evita potenciais penalidades e danos à sua reputação.	Aproximadamente 68,8% das empresas atendidas pelos prestadores de serviços contábeis fornecem regularmente informações sobre o monitoramento contínuo dos impactos ambientais, enquanto 28,1% das empresas clientes ainda não disponibilizam esses dados. Apenas uma pequena parcela, de 3,1%, recebe essas informações.

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise do Quadro 6 sobre a Interação com o Meio Ambiente revela que apenas 3,1% dos prestadores de serviços contábeis recebem informações relacionadas a esse tema. Esse percentual destaca uma lacuna significativa na comunicação sobre o impacto ambiental das atividades empresariais.

O conceito de ESG envolve a avaliação do desempenho sustentável das empresas com base em três pilares: ambiental, social e de governança (Tripathi & Bhandari, 2014; Watson, 2015). A parte ambiental é um componente fundamental deste tripé, essencial para uma gestão equilibrada e sustentável. O pequeno percentual de recebimento de informações sobre questões ambientais sugere um desequilíbrio significativo nesse tripé, indicando que a dimensão ambiental está sendo inadequadamente abordada em comparação com os aspectos sociais e de governança.

Portanto, é crucial que entidades clientes do segmento contábil, bem como os prestadores de serviços contábeis aumentem a frequência e a abrangência das informações sobre a interação com o meio ambiente. Esse aprimoramento é necessário para garantir um equilíbrio mais justo entre os pilares do ESG, promover uma gestão sustentável e reforçar a transparência nas práticas ambientais das empresas.

4.6 RELEVÂNCIA ATRIBUÍDA ÀS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

No que se refere ao perfil dos clientes em relação à sustentabilidade corporativa, observou-se que a maioria dos respondentes (50%) considera que suas empresas clientes demonstram um interesse neutro no tema. Outros 31,20% indicam que há um interesse por parte dos clientes, enquanto 18,8% afirmam que há falta de interesse ou um interesse muito elevado.

Em relação à importância da sustentabilidade corporativa e da emissão de relatórios por parte dos profissionais contábeis, 43,8% dos respondentes classificam como "importante",

enquanto 28,1% afirmam ser "muito importante". Outros 28,1% acreditam que o tema é "pouco importante". Ao que tange ao nível de importância de estar preparado para o novo cenário de sustentabilidade corporativa, para 46,9% dos respondentes, é considerado "muito importante" estar preparado para o novo cenário de sustentabilidade corporativa. Outros 37,5% acham que é "importante", e apenas 15,6% consideram o tema de "pouca importância" ou "sem importância".

Quando perguntados sobre a preparação de seus sistemas contábeis para a emissão de relatórios de sustentabilidade, 43,8% responderam que seus sistemas "não estão aptos". Outros 40,6% consideram que seus sistemas estão "parcialmente aptos", e apenas 15,6% afirmaram que seus sistemas estão "aptos" para essa função.

Em relação à capacidade dos prestadores de serviços contábeis para gerar Relatórios de Sustentabilidade Corporativa de acordo com o novo modelo de Contabilidade de Impacto Social, 43,8% dos respondentes indicaram que seus escritórios "não estão preparados". Outros 34,4% consideram seus escritórios "preparados", e 21,9% afirmam que estão "muito preparados" para essa tarefa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados obtidos através de pesquisa survey com objetivo de investigar se os prestadores de serviços contábeis estão alinhados com as exigências contemporâneas da contabilidade, especialmente no que diz respeito à integração de aspectos socioambientais nas informações financeiras e na capacidade de fornecer relatórios que reflitam o desempenho sustentável das organizações sob sua responsabilidade, pode-se concluir que os maiores percentuais de recebimento de informações são associados ao tema de Recursos Humanos. Este fenômeno pode ser explicado pela obrigatoriedade de certas informações, como aquelas exigidas pelo eSocial, cuja fiscalização rigorosa garante maior frequência no envio dos dados. Em contraste, a categoria de Interação da Entidade com o Meio Ambiente apresenta os menores percentuais de recebimento regular de informações. Esta situação é particularmente preocupante, pois a dimensão ambiental também é um pilar relevante do tripé ESG (Ambiental, Social e Governança). A discrepância sugere um desequilíbrio entre os pilares ESG, evidenciando que, embora as práticas sociais e de governança estejam mais alinhadas com as exigências normativas, a dimensão ambiental ainda necessita de maior atenção e cumprimento.

A integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) permite às empresas entender melhor a complexidade dos indicadores de sustentabilidade. Essas ferramentas ajudam na padronização e transparência dos relatórios, oferecendo uma visão integrada das práticas econômicas, sociais e ambientais. Ao adotar essas diretrizes, as empresas podem avaliar mais eficazmente a geração de riqueza, a gestão de recursos humanos, a interação com o ambiente e o impacto ambiental. Isso não só identifica áreas para melhoria, mas também revela oportunidades de investimento em práticas sustentáveis, transformando desafios em vantagens competitivas. Assim, engajar-se com ODS e GRI não é apenas uma questão de conformidade, mas uma chance de inovar, fortalecer a governança e contribuir para um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. B.; GONTIJO, R. G.; MENDONÇA, M. M. Evidenciação Ambiental: análise da divulgação do Relatório de Sustentabilidade e do Balanço Social nas empresas listadas na

B3. Revista Negócios em Projeção, v. 10, n. 2, p. 94-106, 2019.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

CAMPOS, L. M. S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M. A. S.; ROSSETTO, A. M.; COELHO, A. L. A. L.; DALFOVO, M. S. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Gest. Prod.*, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

COUTINHO, L. M. R. *BNDES*, v. 28, n. 56, p. 501-518, 2021.

DIAS, E. S. Os (des) encontros internacionais sobre Meio Ambiente: da Conferência De Estocolmo à Rio+20 - Expectativas e Contradições. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n. 39 v. 1, p. 06-33, 2017.

ELKINGTON, J. *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Gabriola Island: New Society Publishers, 1998.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, M. et al. Balanço social: convergências e divergências entre os modelos IBASE, GRI e Instituto Ethos. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 1., 2007, Florianópolis. Anais... Florianópolis/SC: UFSC, 2007. CD-ROM.

HOLLIDAY, C.; SCHMIDHEINY, S.; WATTS, P. *Cumprindo o prometido: casos de sucesso de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

HOLME, R.; WATTS, P. *Corporate social responsibility: Making Good Business Sense*. Genebra: WBCSD, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTOS, Milena Belo. *Relatórios de sustentabilidade: ferramenta de accountability ou estratégia de marketing corporativo?*, 2022.

NASCIMENTO, M. C.; RODRIGUES, R. N.; ARAÚJO, J. G.; PRAZERES, R.V. *Relato Integrado: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros*. Contabilidade e Controladoria no Século XXI, 2015.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. *A Iniciativa*. Homepage. Disponível em: <https://pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em 16 de abril de 2022.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. *A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SGARBI, V.S et al. Os Jargões da Sustentabilidade: uma Discussão a partir da Produção Científica Nacional, engema 2008.

SILVA, D. da, C. C., Sc: Sustentabilidade Corporativa. In: Anais VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT, Resende, RJ, 2009.

SILVA, E. L. & MENEZES, E. M. (2000) - Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. LED/UFSC. Florianópolis.

TRIPATHI, V.; BHANDARI, V. Socially responsible investing—An emerging concept in investment management. FIIB Business Review 3 (4): 16–30, 2014.

VIDIGAL, A. C. Governança Corporativa. O globo, Rio de Janeiro, 25 dez. 2000. p. 88.

WALTER, I. Sense and Nonsense in ESG Ratings. Journal of Law, Finance, and Accounting, 5: 307–336, 2020.